



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO



Processo Seletivo para o Programa de Estágio em Direito – Pós-Graduação
da PRR/3ª Região - 2º Semestre/2019
Caderno de Respostas
Prova A1

Identificação do Candidato

Nro. Inscrição: _____

Parte I – Prova Objetiva

Atenção:

1. Marque as respostas com **caneta** azul ou preta.
2. Marque apenas uma alternativa para cada questão.
3. Não rasure.
4. Serão consideradas erradas as questões que contiverem rasuras ou mais de uma marcação, bem como as que estiverem em branco.
5. **As áreas sombreadas e o quadro de correção são para uso exclusivo da PRR/3ª Região.**
6. **A identificação do candidato será obrigatoriamente com o número de inscrição; havendo qualquer outro tipo de identificação, a prova será anulada.**

	A	B	C	D	E			A	B	C	D	E			A	B	C	D	E		
01								13							25						
02								14							26						
03								15							27						
04								16							28						
05								17							29						
06								18							30						
07								19							31						
08								20							32						
09								21							33						
10								22							34						
11								23													
12								24													

(Para uso exclusivo da PRR/3ª Região)
QUADRO DE CORREÇÃO – PROVA OBJETIVA

	Correção	Visto	Revisão	Visto
A-Número de questões corretas				
B-Número de questões erradas				

☐

APROVADO

☐

REPROVADO

Orientações Gerais

9 – A identificação do candidato será obrigatoriamente com o número de inscrição; havendo qualquer outro tipo de identificação, a prova será anulada.

[illegible]



Processo Seletivo para o Programa de Estágio da PRR/3ª Região - 2º Semestre/2019
Prova A1

Parte I – Prova Objetiva

1. Possui legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade:

- a) a Mesa do Congresso Nacional.
- b) associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano.
- c) os Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados.
- d) o Advogado-Geral da União.
- e) o Presidente da República.

2. A respeito do meio ambiente (artigo 225 da Constituição Federal), é correto afirmar:

- a) incumbe ao Poder Público proteger a fauna e a flora, vedadas as práticas que submetam os animais a crueldade, incluídas as práticas desportivas que utilizem animais e sejam manifestações culturais registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro.
- b) o Cerrado é patrimônio nacional e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
- c) as usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em decreto do Presidente da República, sem o que não poderão ser instaladas.
- d) são indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
- e) as pessoas jurídicas responsáveis por condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente não se sujeitam a sanções penais.

3. Compete privativamente à União legislar sobre:

- a) direito urbanístico.
- b) orçamento.
- c) direito tributário.
- d) direito penal.
- e) direito financeiro.

4. Nas causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal, cabe:

- a) recurso de apelação.
- b) recurso extraordinário.
- c) arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- d) reclamação.
- e) recurso especial.

5. Nos termos do artigo 5º, inciso LXIX, da Constituição Federal, *conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando a autoridade pública ou o agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público for responsável por praticar:*

- a) desvio de poder ou ilegalidade.
- b) ilegalidade ou abuso de poder.
- c) ilegalidade ou ilicitude.
- d) ilicitude ou desvio de poder.
- e) ilicitude ou abuso de poder.

6. A respeito dos índios (artigos 231 e 232 da Constituição Federal), é correto afirmar:

- a) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios podem ser alienadas e os direitos sobre elas se submetem à prescrição.
- b) é permitida a remoção dos grupos indígenas de suas terras, nos casos de utilidade pública ou interesse social.
- c) os índios, suas comunidades e organizações não detêm legitimidade para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, devendo ser representadas judicial e extrajudicialmente pelo Ministério Público.
- d) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo à União o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
- e) são reconhecidos aos índios os direitos originários sobre as terras que tradicional-



mente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

7. Não é privativo de brasileiro nato o cargo de:

- a) Presidente da República.
- b) oficial das Forças Armadas.
- c) Ministro de Estado das Relações Exteriores.
- d) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- e) Ministro de Estado da Defesa.

8. Segundo o artigo 37, caput, da Constituição Federal, a Administração Pública obedecerá ao princípio da:

- a) impessoalidade.
- b) vinculação ao edital da licitação.
- c) continuidade do serviço público.
- d) economicidade.
- e) proporcionalidade.

9. Sobre os direitos e garantias fundamentais, é incorreto afirmar:

- a) nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, tráfico de pessoas ou terrorismo, na forma da lei.
- b) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- c) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- d) os direitos e garantias expressos na Constituição Federal não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.
- e) ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime

propriamente militar, definidos em lei.

10. À instituição do júri, com a organização que a lei lhe der, é assegurada:

- a) a defesa ilimitada.
- b) a publicidade das votações.
- c) a soberania dos veredictos.
- d) a competência para o julgamento dos crimes culposos contra a vida.
- e) a irrecorribilidade das decisões.

11. A respeito do concurso de pessoas, o Código Penal prevê que:

- a) ainda que algum dos concorrentes quisesse participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena do crime praticado.
- b) se a participação for de menor importância, o agente pode ser isento de pena.
- c) o ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio nunca são puníveis.
- d) não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.
- e) nenhuma das anteriores.

12. É penalmente inimputável o agente:

- a) que atua sob paixão.
- b) que atua movido por relevante valor social ou moral.
- c) que atua sob emoção.
- d) voluntariamente embriagado.
- e) menor de 18 (dezoito) anos.

13. Não se extingue a punibilidade:

- a) pela morte do agente.
- b) pela decadência.
- c) pela prescrição.
- d) pela inimputabilidade superveniente do agente.
- e) pelo perdão judicial.

14. Considera-se praticado o crime:

- a) no momento do resultado, ainda que outro seja o momento da ação ou omissão.
- b) no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- c) no momento da ação ou omissão se o crime é material e no momento do resultado se o crime é formal.
- d) no momento em que o agente inicia os atos preparatórios.
- e) no momento da ação ou omissão ou no momento do resultado.



15. O curso da prescrição interrompe-se:

- a) pela publicação da sentença condenatória.
- b) pela publicação da sentença absolutória.
- c) pela prisão preventiva do acusado.
- d) pelo oferecimento da denúncia.
- e) pela revelia do acusado.

16. Diz-se crime culposo quando o agente:

- a) deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.
- b) assumiu o risco de produzir o resultado.
- c) obteve um resultado danoso mais grave do que o pretendido,
- d) quis o resultado.
- e) nenhuma das anteriores.

17. A respeito do concurso de crimes, o Código Penal prevê que:

- a) no concurso material de crimes, aplica-se a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade.
- b) no concurso formal de crimes, o agente pratica dois ou mais crimes, mediante mais de uma ação ou omissão.
- c) no concurso material de crimes, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade.
- d) no concurso formal de crimes, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade.
- e) na continuidade delitiva, o agente pratica dois ou mais crimes, mediante uma só ação ou omissão

18. O menor prazo prescricional previsto no artigo 109 do Código Penal é de:

- a) 01 (um) anos.
- b) 02 (dois) anos.
- c) 03 (três) anos.
- d) 04 (quatro) anos.
- e) 06 (seis) meses.

19. O artigo 5º, inciso XXXIX, da Constituição Federal (“*não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal*”) consagra o princípio:

- a) da legalidade.
- b) da intervenção mínima.
- c) da individualização da pena.
- d) da intranscendência da pena.

e) da presunção de inocência.

20. Não há exclusão da ilicitude quando o agente atua:

- a) em estado de necessidade.
- b) sob coação hierárquica irresistível.
- c) em legítima defesa.
- d) em estrito cumprimento do dever legal.
- e) no exercício regular de direito.

21. O artigo 927, parágrafo único, do Código Civil prevê que “*haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem*”. Trata-se de modalidade de responsabilidade civil:

- a) subjetiva.
- b) eventual.
- c) cumulativa.
- d) complexa.
- e) objetiva.

22. São pessoas jurídicas de direito público:

- a) os partidos políticos.
- b) as organizações religiosas.
- c) as associações.
- d) as autarquias.
- e) as sociedades.

23. Corre a prescrição:

- a) contra os ausentes do país, qualquer que seja o motivo da ausência.
- b) entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar.
- c) contra os absolutamente incapazes.
- d) pendendo condição suspensiva.
- e) entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.

24. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- a) os ébrios habituais.
- b) os pródigos.
- c) os menores de 16 (dezesseis) anos.
- d) aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade
- e) os maiores de 16 (dezesseis) e menores de 18 (dezoito) anos.



25. Considera-se, legalmente, pessoa com deficiência:

- a) aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho.
- b) aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- c) aquela que tem impedimento de qualquer prazo, de natureza física ou mental, independentemente de obstruir a sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- d) aquela incapacitada apenas para o trabalho.
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

26. A possibilidade de admissão de um recurso interposto inadequadamente, em certas circunstâncias de dúvida objetiva sobre o recurso cabível, está baseada no princípio:

- a) da proibição de *reformatio in pejus*.
- b) da ampla defesa.
- c) da voluntariedade.
- d) da fungibilidade recursal.
- e) da taxatividade dos recursos.

27. A convocação do réu, do executado ou do interessado para integrar a relação processual é realizada por meio do ato de:

- a) intimação.
- b) homologação.
- c) chamamento.
- d) notificação.
- e) citação

28. A respeito das normas fundamentais do processo civil, é incorreto afirmar:

- a) o processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei.
- b) o juiz pode decidir, em qualquer grau de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar.
- c) todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.

- d) o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos.
- e) é permitida a arbitragem, na forma da lei.

29. Acerca da competência, é correto afirmar:

- a) determina-se a competência no momento da citação do demandado, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, mesmo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.
- b) para as causas em que seja autora a União, é competente o foro de domicílio do réu, o de ocorrência do ato ou fato que originou a demanda, o de situação da coisa ou o Distrito Federal.
- c) serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles.
- d) se a União for a demandada, a ação deverá ser proposta no foro de domicílio do autor.
- e) nenhuma das anteriores.

30. A respeito das nulidades processuais, é incorreto afirmar:

- a) quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta pode ser requerida até mesmo pela parte que lhe deu causa.
- b) é nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.
- c) o ato não será repetido nem sua falta será suprida quando não prejudicar a parte.
- d) quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta.
- e) quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.

31. Nas hipóteses de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público:

- a) terá vista dos autos antes das partes.
- b) não poderá recorrer.
- c) poderá produzir provas.
- d) será intimado apenas da sentença.



e) nenhuma das anteriores.

32. O Ministério Público não será intimado para intervir como fiscal da ordem jurídica nos processos que envolvam:

- a) interesse público.
- b) interesse de incapaz.
- c) interesse social.
- d) a participação da Fazenda Pública, por si só.
- e) litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.

33. O Ministério Público da União não abrange:

- a) o Ministério Público do Trabalho.
- b) o Ministério Público Federal.
- c) o Ministério Público dos Estados.
- d) o Ministério Público Militar.

e) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

34. Não é função institucional do Ministério Público:

- a) promover a orientação jurídica e a defesa dos direitos individuais e coletivos aos necessitados.
- b) defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- c) expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los.
- d) promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.
- e) exercer o controle externo da atividade policial.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO

	A	B	C	D	E			A	B	C	D	E	
01						E	19						A
02						D	20						B
03						D	21						E
04						B	22						D
05						B	23						A
06						E	24						C
07						C	25						B
08						A	26						D
09						A	27						E
10						C	28						B
11						D	29						C
12						E	30						A
13						D	31						C
14						B	32						D
15						A	33						C
16						A	34						A
17						C	35						
18						C							